



Palavra da Diretoria

Editorial

Palavra da Diretoria – Março de 2015

Estabelecida a direção das duas casas do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, já empossada a presidenta da República e os trabalhos nos três Poderes em pleno andamento, resta-nos o cumprimento das nossas tarefas coletivas e diárias.

Fizemos já no mês de janeiro a primeira reunião da Diretoria Executiva, onde procuramos alinhar o discurso e afinar as estratégias de atuação para o ano de 2015. Desde novembro, quando da realização do VI CONTEFFA, quando a categoria aprovou 28 indicativos de ações voltadas para a concretização das pautas e metas estamos encaminhando tudo o que é possível para o cumprimento do que foi conjunta e sabiamente definido.

Reafirmamos que temos toda consciência de que este ano será, em diversos aspectos, um período difícil, tanto para a economia mundial como para o meio ambiente, passando, naturalmente, pela política nacional.

Contudo, nossa palavra é de esperança e de perseverança. Mantenhamos nossa conhecida disposição para o trabalho que tanta diferença faz para a segurança e sanidade alimentar da população, bem como, para a geração de divisas para o país, o que tem colocado e mantido o Brasil como uma das maiores potências do mundo, em especial, na Agricultura.

O reconhecimento pelo trabalho das categorias representadas pela ANTEFFA, virá.

Continuamos firmes no propósito e trabalhamos de maneira incansável para atingir nosso ideal.

Boa páscoa. Que a ressurreição não nos deixe esquecer que a vida recomeça todos os dias!

Um forte abraço da

Direção Executiva da ANTEFFA

Direção Executiva se reúne em Brasília



Pela segunda vez em 2015 a Direção Nacional se reuniu na sede da ANTEFFA.

Os diretores trataram de diversos temas de cunho político, trabalhista e de desenvolvimento da entidade, como por exemplo, do Regimento Interno e do Departamento de Relações Institucionais da ANTEFFA.

Foi feita uma análise de conjuntura e pensadas algumas ações estratégicas para o andamento da pauta da ANTEFFA, uma das iniciativas do grupo foi o acompanhamento por parte dos diretores da entidade e alguns representantes estaduais de audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara, onde os dirigentes tiveram a oportunidade de solicitar pessoalmente uma audiência com a ministra Kátia Abreu. Receptiva, Kátia Abreu se dispôs a conhecer a pauta das categorias representadas pela ANTEFFA e a agendar o encontro tão logo seja possível.

A proposta dos Regimentos Internos da Associação e do Departamento de Relações Institucionais foi democraticamente debatida e aprovada pela Diretoria Executiva. Os Regimentos preenchem uma lacuna existente à medida em que complementam alguns artigos do Estatuto Social da ANTEFFA, assim, permite maior autonomia e agilidade aos diretores da instituição.

Vice-presidente da Comissão de Agricultura da Câmara recebe representantes da ANTEFFA



A deputada Maria Helena (PSB-RR), também recebeu o grupo de representantes da ANTEFFA, no mesmo dia. A parlamentar sempre apoiou as causas de interesse da ANTEFFA e no momento, além de apoiar a tramitação do projeto de Carreira dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária, está envidando todo esforço para encontrar uma solução favorável à situação de colegas Agentes de Atividades Agropecuárias que se encontram enfrentando sérias dificuldades impostas pelo Governo.

Direção Nacional participa de audiência pública na Câmara com a ministra da Agricultura



O deputado Heuler Cruvinel (PSD-GO), vice presidente da Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados recebeu na quarta-feira, 25/03, a Direção da ANTEFFA juntamente com o presidente da ANTEFFA/GO, Pedro Nunes.

Cruvinel, segundo suas próprias palavras, é um parlamentar parceiro das causas dos TFFAS: “Podem contar com o meu apoio à pauta de vocês, dentro e fora do Parlamento”, afirmou.



Os dirigentes conversaram com a ministra Kátia Abreu antes do início da audiência pública, realizada em 25/03 na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

O debate teve como pauta a apresentação e prestação de esclarecimentos sobre: o Plano Agrícola e Pecuário (Plano Safra) 2015/2016; proposta de Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal/ RIISPOA; Seguro Rural; Fitossanidade e contrabando de produtos e Defesa Sanitária.

A expectativa é de que a ANTEFFA seja recebida em audiência com a ministra o mais brevemente possível para tratar das especificidades da pauta dos TFFAS. Kátia Abreu esteve na Comissão com parte de sua equipe e assumiu o compromisso de agendar uma reunião com a Diretoria Executiva e alguns parlamentares parceiros da entidade.

Silas Brasileiro quer definição para a carreira de técnicos de fiscalização agropecuária



Fonte: <https://www.facebook.com/silasbrasileiro>

O deputado federal Silas Brasileiro (PMDB/MG) fez a defesa da criação da Carreira dos técnicos de fiscalização federal agropecuária junto à ministra e parte de sua equipe, além dos demais parlamentares. A Direção Nacional da ANTEFFA acompanhou a audiência pública e a expectativa é de que a entidade seja recebida em breve pela ministra Kátia Abreu.

Brasília, 25/3- Durante a reunião da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, na manhã de quarta-feira (25), o deputado federal Silas Brasileiro saiu em defesa dos técnicos em fiscalização federal agropecuária:

“Gostaria que Vossa Excelência pudesse nos receber para tratarmos da carreira dos técnicos. As atribuições foram definidas, mas não a carreira”, colocou Silas.

De acordo com o parlamentar, “mesmo com a publicação do decreto nº 8.205, de 12 de Março de 2014 dispendo sobre as atribuições dos Cargos de Atividades Técnicas de Fiscalização Federal Agropecuária, ainda restam dúvidas quanto à competência dos técnicos, razão pela qual temos que criar a carreira”, enfatizou.

A ministra sinalizou que irá recebê-los para uma discussão.

Café- Também como Presidente do Conselho Nacional do Café, CNC, Silas agradeceu Kátia ao apoio dado a cafeicultura, que além de gerar renda é um importante setor na “geração de emprego, dando sua contribuição ao social”. A ministra reafirmou que quer construir uma pauta positiva para o café.

Na última semana, a ministra assinou nova portaria prorrogando por um ano o prazo da vigência do estado de emergência fitossanitária, relacionada à broca (*Hypothenemus hampei*), para Minas Gerais. A medida é fundamental para que os produtores possam ter condições de controlar a praga, haja vista que, desde a proibição da comercialização do Endosulfan, até então único produto com eficácia no combate à broca, os cafeicultores brasileiros não possuíam substitutivos.

Assessoria do deputado federal Silas Brasileiro (PMDB/MG)

ANTEFFA é convidada para reunião com ministro do Planejamento

A Direção Nacional da ANTEFFA representou a categoria no dia 20 de março na reunião com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

A iniciativa do encontro foi do próprio ministro, que encarregou a Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público (SRT/MP) de encaminhar o convite à entidade.

De acordo com o Ministério do Planejamento, as entidades representativas dos servidores públicos federais, serão ouvidas em suas demandas e Barbosa fará uma apresentação abordando a conjuntura econômica de 2015 e falará sobre as diretrizes que nortearão o processo de negociação deste ano.

ANTEFFA participa de Reunião com Ministro do Planejamento



A diretoria da Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária - ANTEFFA, representada pelo Vice Presidente, Raimundo Celso, e o Diretor do Departamento de Relações Institucionais, José Bezerra da Rocha, participou no dia 20/03, da reunião no Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG, a convite daquele Ministério, com o objetivo de ouvir as apresentações sobre Conjuntura Econômica e as Diretrizes do Processo de Negociação do ano de 2015. A reunião contou com a presença do Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa e do Diretor da Secretaria de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça. Abaixo, notícia do Portal do Ministério do Planejamento.

"Ministro ouve servidores e apresenta diretrizes para a negociação"

Nelson Barbosa diz que limite para o reajuste é a relação com PIB e o quanto de recursos a sociedade tem disponível

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, recebeu hoje em Brasília os representantes de 41 entidades representativas dos servidores públicos federais e de oito centrais sindicais.

A reunião marcou o início do processo de negociação para a definição dos reajustes do conjunto do funcionalismo, que serão implementados a partir de 2016. Também serviu para a definição de um [calendário](#) de negociações, entre os meses de maio e julho – o mês de abril será reservado para o governo fazer os ajustes decorrentes do atraso na aprovação do Orçamento Geral da União.

Durante as duas horas e meia de duração da reunião, cerca de uma hora e 50 minutos foram dedicados a ouvir e anotar as reivindicações dos sindicalistas. Sucederam-se ao microfone 25 dirigentes representando 41 entidades e associações de servidores, e as oito principais centrais sindicais do país, entre elas a CUT e a CSP-Conlutas.

“O diálogo começa agora, ouvimos as várias demandas, algumas justificadas, outras que precisam ser bem analisadas. Mas, como qualquer demanda, há um ponto em comum: é preciso caber no Orçamento Geral da União”, explicou o ministro. “Dessa forma, é preciso estabelecer prioridades e isso vamos fazer”.

Nelson Barbosa deixou claro que a negociação será baseada em três premissas:

1. O processo, centralizado no Ministério do Planejamento, será coordenado pelo secretário de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, em articulação com as demais secretarias e ministérios.
2. O governo deseja fazer um acordo por mais de um ano, para que haja previsibilidade para todos os envolvidos.
3. Será mantida a diretriz dos anos anteriores, de promover redução gradual do gasto com a

folha de pagamento em relação ao PIB (Produto Interno Bruto).

O gasto em relação ao PIB, conforme mostrou o ministro, vinha caindo desde 2003. Representava cerca de 4,8% do PIB em 2002 e foi de 4,2% em 2013. Mas no ano passado voltou a aumentar, atingindo o percentual de 4,3%.

O esforço para que ocorra a redução gradual preconizada envolve também recuperar o crescimento do PIB, que desacelerou. “É a evolução da economia que determinará o espaço fiscal que a sociedade brasileira tem para pagar seu funcionalismo. Trabalhamos para recuperar o crescimento da economia o mais rapidamente possível, para assim reduzir o peso da folha de pagamento no Orçamento”, pontuou.

PROPOSTA SINDICAL É DE 1% DO PIB

A proposta apresentada pelos sindicalistas, de reajuste de 27,3%, equivale, segundo o ministro, a mais de 1% do PIB. “Não há espaço fiscal para atender de imediato”, assegurou Barbosa. “O reajuste dependerá da capacidade de crescimento da economia, de quanto a sociedade brasileira tem de recursos disponíveis para pagar seu funcionalismo”.

O ministro lembrou que a despesa com o funcionalismo é segunda maior da União (após a Previdência), envolve mais de um milhão de servidores de diversas categorias e diferentes níveis técnicos. E que é composta não apenas de salário. Depende, também, do crescimento vegetativo da folha (valor que é acrescido todos os anos pela promoção e progressão dos servidores dentro da carreira) e da realização de novos concursos para repor a força de trabalho.

“Temos essas três demandas competindo entre si. A vegetativa não é uma que compete, mas temos de adequar com o ritmo de contratação de novos funcionários e o quanto podemos dar de reajuste salarial”.

GANHOS REAIS

O secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público, Sérgio Mendonça, destacou, na fala aos sindicalistas, que o reajuste de 27,3% pedido agora leva em conta apenas um

período mais recente, sem considerar o período dos governos anteriores, quando houve ganho real.

“Estou ciente de que temos que olhar o futuro. E vamos, realmente, negociar o daqui pra frente. Mas não podemos ignorar a política salarial que vem sendo praticada desde 2003, nem desconsiderar que nesse período houve ganho real de salários”, pontuou o secretário.

Num breve resumo, ele lembrou que o processo de negociação entre 2003 – quando foi formalizada a Mesa Nacional de Negociação Permanente – e 2014, resultou na assinatura de 119 termos de acordo.

E nesse período, não apenas foi mantido o poder aquisitivo, como houve crescimento real da remuneração do conjunto dos servidores públicos federais. Todos eles, ativos e aposentados, tiveram ganhos reais, acima da inflação.

Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo IBGE registrou o índice de 99% no período 2003/2014, as despesas de pessoal no Poder Executivo Civil tiveram incremento médio de 46% em termos reais (descontada a inflação do período)

Fonte: Ministério do Planejamento.

Odelmo Leão Carneiro declara apoio à ANTEFFA

As categorias representadas pela ANTEFFA contam com mais um parceiro importante no Congresso Nacional. Trata-se do deputado federal Odelmo Leão Carneiro (PP/MG). Prefeito de Uberlândia-MG por dois mandatos consecutivos, o parlamentar conhece o trabalho dos TFFAs e com espírito de companheirismo e reconhecimento pelo trabalho da categoria, recebeu a Direção Nacional da ANTEFFA, juntamente com o presidente da ANTEFFA/MG, Marcos Martins e o associado Jorge Cabral, em seu gabinete na Câmara dos Deputados, dia 26/03.

Odelmo se dispôs a acompanhar a pauta da ANTEFFA e colocou seu mandato à disposição dos TFFAs. A expectativa é de que em breve o parlamentar retribua a visita à sede da Associação.



Direção Nacional conversa com diversos parlamentares em visita ao Congresso Nacional.



Os presidentes das ATEFFAS/GO, Pedro Nunes de Oliveira e da ATEFFA/MS, Luiz Fernando Nogueira, integraram a equipe que percorreu diversos gabinetes e Comissões no Congresso Nacional.

O grupo de apoio às causas dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária tem crescido consideravelmente e o apoio dos antigos parceiros vem se mantendo de maneira gratificante.

O deputado federal Giovani Cherini (RS), que além de ser técnico agrícola e defensor dos pequenos produtores rurais tem o cooperativismo como um dos principais pilares de seu mandato recebeu a Direção em seu gabinete, assim como o deputado Bebeto (BA).

Membros da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Zé Silva (MG), Raimundo Gomes de Matos e Luiz Carlos Heinze (RS) também estiveram com os diretores e renovaram o compromisso de acompanhar a pauta dos TFFAs no Parlamento e junto ao Poder Executivo, bem como os deputados Pedro Chaves (GO), Luiz Cláudio (RO), Evair Melo (ES), e Paulo Foletto (ES).

A deputada Tereza Cristina (MS) foi bastante receptiva e a expectativa é de que a Direção Nacional se reúna com a parlamentar em audiência para estabelecer um diálogo mais profundo sobre a agenda dos TFFAs.

Secretário Nacional da ATA Brasil é recepcionado na ANTEFFA



O Secretário Nacional da Associação dos Técnicos Agrícolas do Brasil - ATABRASIL, Carlos Dinarte Coelho, que também é presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul (SINTARGS), juntamente com Dirceu Boniatti, Diretor de Comunicação da ATABRASIL e Coordenador Jurídico do SINTARGS, foi recebido pela Direção Executiva da ANTEFFA na terça-feira, 10/03, na sede da Associação, em Brasília.

Os representantes da ATABRASIL estavam na Capital Federal acompanhando o trâmite da proposta de desmembramento do Conselho dos Técnicos Industriais e Agrícolas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

De acordo com Secretário da instituição, o desmembramento, que numa leitura mais simples cria um Conselho específico para a categoria do Técnicos Agrícolas, tem como base definir a igualdade dos direitos e obrigações dos profissionais submetidos ao mesmo estatuto.

Vale ressaltar que a ampliação do diálogo com entidades afins é um dos indicativos aprovados no VI CONTEFFA, realizado na cidade de Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul em novembro de 2014.

Vereador da cidade de Hulha Negra – RS visita a Sede da ANTEFFA.



Josias dos Santos Vidarte (PTB-RS) é filho do associado Wanderlei Vidarte, TFFA servidor do SIF 226/UVAGRO/ BAGÉ.

O vereador Josias esteve na Capital Federal cumprindo agenda política e fez questão de prestigiar a Associação que representa a categoria profissional do pai e de um tio, Antônio Edson Vidarte, também associado, falecido no início deste mês.

Os irmãos Vidarte integram o grupo de pioneiros no Estado do Rio Grande do Sul que participou da fundação da ANTEFFA.



Os dirigentes também se reuniram, no Congresso Nacional com o vereador Getúlio Porto (PDT/RS) que também é da cidade de Hulha Negra e é amigo de infância do Presidente da ANTEFFA, Laudelino Ritta. Getúlio, por sua vez, conhecedor da pauta da entidade, colocou o mandato à disposição da causa dos TFFAs.

ANTEFFA e ATEFFA-MG reúne novos servidores do MAPA em Minas Gerais



A reunião da ANTEFFA/AEFFA/MG foi realizada na cidade de Pedro Leopoldo com os

Técnicos de Laboratórios e Auxiliares de Laboratório e outros servidores da área recém-contratados do MAPA.

Com o propósito de dar as boas-vindas aos novos servidores do Mapa/Lanagro a maioria Técnicos de Laboratórios e Auxiliares de Laboratório, a direção da ANTEFFA em ação conjunta com a ATEFFA – Minas Gerais, apresentou aos recém-contratados os objetivos, as propostas e roteiro de ação da Associação Nacional, visando dar maior entendimento e formar consciência da sua missão, bem como convidá-los a integrar o quadro de associados.

O diretor de relações institucionais apresentou, de forma sucinta, o organograma funcional da ANTEFFA com suas leis e diretrizes, onde discorreu da importância do associativismo para o alcance das metas que visam o bem estar do associado.

Coube ao Vice-presidente, apresentar o histórico da associação, resgatando todo quadro de lutas, percalços e conquistas, abordando aspectos relativos ao projeto de carreira, reforçando a união e participação de todos para trabalharmos em prol da consolidação da nossa carreira.

O Presidente da ATEFFA/MG, Marcos Martins, responsável pela coordenação do evento, quando do início dos trabalhos ressaltou a importância da atividade junto aos novos contratados e ao encerrar, agradeceu a presença de todos.

Também participaram da reunião o Diretor do Lanagro. Sr. Ricardo, que inicialmente fez um breve relato a respeito da reunião, onde afirmou que vê esse tipo de ação como muito importante para a categoria, pois a mesma serve para conscientização e consolidação das bases da Associação.

Maria Francisca Hernandez, que também é técnica em laboratório e colaborou muito para a

realização do evento, encerrou agradecendo a presença de todos.

Direção Nacional é recebida pelo Senador Donizeti Nogueira



Dia 5 de março o senador Donizeti Nogueira (PT-TO) recebeu em audiência a Direção Nacional da ANTEFFA.

O parlamentar demonstrou conhecimento da causa dos TFFAs e o compromisso do Mandato é notado já na equipe de trabalho do senador.

Muito atencioso, a horizontalidade no diálogo marcou a reunião com a Direção Nacional. Nogueira prontamente se dispôs a apoiar a pauta da ANTEFFA e intermediar uma agenda com a ministra da Agricultura, Senadora Kátia Abreu, de quem o parlamentar é suplente.

Diretoria da ANTEFFA intensifica trabalhos junto ao Congresso Nacional



A Diretoria Executiva da ANTEFFA intensificou os trabalhos junto ao Congresso Nacional em busca de apoio às demandas de interesse da categoria. Os dirigentes se reuniram esta semana com o senador Donizeti Nogueira (PT/TO) e com os deputados Maria Helena (PSB/RR) na foto; Pedro Chaves (PMDB/GO) e Silas Brasileiro (PMDB/MG).

Direção Nacional debate diversos assuntos com a CGAP e COPES do MAPA



Os dirigentes foram recebidos por Vanderlei Lourenço Francisco – Coordenador Geral de Administração de Pessoas – CGAP/SPOA/MAPA e pelo responsável pela

Coordenação de Administração de Pessoas - COPES/CGAP, Moisés Colonna Vasconcelos.

Bastante produtiva e esclarecedora a reunião teve como pauta, entre outros assuntos, a emissão do cartão e distintivo de identificação funcional para os Técnicos e Auxiliares de Laboratório e também os recém contratados, associados à ANTEFFA. O Coordenador se comprometeu tomar as providências necessárias para a emissão das carteiras o mais breve possível.

Plano de Saúde

Outro assunto de pauta foi o Plano de Saúde, com questões que foram desde o encerramento do contrato entre a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde e a Seguros UNIMED à questão da continuidade de assistência aos pensionistas cujos segurados titulares foram a óbito.

Com o encerramento deste contrato o servidor, usuário da Seguros UNIMED, ficou apenas com uma única alternativa de migração para outra operadora de planos de saúde, que foi a UNIMED Cuiabá. A cobrança da direção da ANTEFFA foi no sentido do MAPA fazer gestão para a Aliança oferecer mais alternativas de migração, já que a UNIMED Cuiabá não possui uma rede de assistência satisfatória.

Neste ponto da reunião o coordenador geral, Vanderlei, convidou Rusberto do Vale Oliveira – chefe da Divisão de Saúde Suplementar do MAPA-, para prestar esclarecimentos aos diretores da ANTEFFA, e de maneira aqui resumida, a informação foi de que existe uma falta de interesse muito grande, por parte das operadoras de planos de saúde, para celebrar contrato de prestação de serviços de atendimento médico para os servidores do MAPA em função da média da faixa etária destes servidores ser de 56 anos de idade. Desta forma, os contatos efetuados não surtiram resultados, assim, fica como alternativa mais interessante a ser seguida, a migração para a GEAP nas localidades em que o plano alcança, ou de permanecer para quem já é usuário.

Já os pensionistas legalmente não podem aderir ao plano, mas, permanecem ligados se anteriormente ao óbito do titular já for participante da GEAP. Entre outras questões,

até pelo preço praticado pelo Plano de Saúde GEAP, em especial para os portadores de doenças crônicas, a adesão se apresenta como uma possibilidade vantajosa.

Concurso de Remoção e excedentes

A ANTEFFA, por meio dos seus diretores, cobrou dos Coordenadores do MAPA a remoção dos servidores aprovados no Concurso de Remoção e apontou para o fato de que a possibilidade mais viável e justa para que a situação seja definitivamente resolvida é a convocação de, pelo menos, 50% dos excedentes aprovados no último concurso público para a área.

Vanderlei Lourenço argumentou que cerca de 15 remoções já foram possíveis e providenciadas e que a CGAP vai ter uma reunião com a ministra Kátia Abreu, onde, entre outros temas, vai solicitar que seja verificada a possibilidade para que se proceda às demais remoções que, provavelmente, só sejam possíveis a partir da convocação dos excedentes.

Cálculo dos Proventos da Aposentadoria

A direção da ANTEFFA reiterou a solicitação da uniformização dos cálculos da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Federal Agropecuária – GDATFA dos proventos da aposentadoria pela média dos últimos 60 valores recebidos já que em algumas Superintendências o cálculo ainda está sendo feito com base em 50% da GDATFA. A Coordenação se comprometeu em expedir um documento orientando sobre os procedimentos corretos e enviar para todas as Superintendências.

Grupo de Candidatos Excedentes - Concurso MAPA 2014 - conta com o apoio da ANTEFFA

O coordenador geral do Grupo de Candidatos Excedentes-Concurso MAPA 2014, Francisco Serra, procurou a ANTEFFA para tratar da pauta comum à entidade e ao grupo representado, de maneira colaborativa e conjuntamente.

Francisco Serra encaminhou, por meio de ofício (disponível na matéria do *site*), de 28 de janeiro de 2015 os principais questionamentos do grupo de excedentes que foram levados ao Ministério da Agricultura pelo representante da ANTEFFA, Luiz Fernando Nogueira, para tratar da recomposição do quadro de servidores do MAPA.

Num documento enviado à ministra Kátia Abreu, o coordenador expôs desde a preocupação com a realidade dos recursos humanos do MAPA, passando pela proporcionalidade de fiscais e técnicos de fiscalização (de 1 fiscal para 6 técnicos) á possível solução para a questão, que, sem dúvida, passa pela remoção dos TFFA's aprovados no concurso de remoção realizado pelo MAPA no ano de 2014 e a consequente nomeação dos excedentes aprovados no último concurso público realizado pelo MAPA para os cargos de TFFA's.

Contextualizando a situação presente e seus desdobramentos, Francisco Serra mencionou, entre outras fontes, a Nota Técnica 07/CGAP/SPOA/SE/MAPA, a qual, em seu entendimento, traz dados que oferecem um diagnóstico preciso da ocupação das vagas disponíveis no ministério, em 30 de maio de 2014 e também buscou esclarecimentos, dentre outros, sobre a prorrogação da validade do concurso público, a respectiva nomeação dos aprovados e também da tramitação do ofício, datado de 28 de janeiro de 2015, expedido pelo coordenador dos excedentes. Em resposta, foi informado que a validade e a prorrogação do concurso dependem da autorização do Ministério do Planejamento e da Secretaria Executiva do MAPA, quanto à nomeação, a princípio, deverá ser para todos os cargos e deve ser proporcionalmente às vagas do edital. Já o ofício, continua sob análise.

Mapa recebe mais de 400 sugestões para o novo RIISPOA

Elaboração do regulamento envolve diferentes setores interessados no documento

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), recebeu mais de 400 sugestões e posicionamentos relativos ao novo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA. Dessa forma, o secretário Décio Coutinho decidiu que o documento só será concluído e levado a Casa Civil após a apreciação de todas as sugestões recebidas.

A iniciativa do secretário se deu pela proposta do Mapa em ouvir e envolver todos os setores interessados na elaboração do novo RIISPOA.

Após a apreciação de todas as sugestões, aquelas consideradas mais adequadas serão incluídas no documento, para que o mesmo possa ser enviado à Casa Civil para aprovação da presidente Dilma Rousseff.

Mais informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação Social

Lucas Lyra(61) 3218-2106/2203

Roger Stiefelmann Leal é o novo consultor jurídico do Mapa



Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, Roger Stiefelmann Leal é o novo consultor jurídico do Mapa. Nomeado em 2 de fevereiro pela Portaria nº 208 da Presidência da República, o consultor é procurador da Fazenda Nacional e atua também como professor de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo. Fonte: Ministério da Agricultura

Direção Nacional se reúne com DIPOA



A direção Nacional da ANTEFFA se reuniu no dia 19 de fevereiro com o DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal) para discutir propostas encaminhadas para atualização do RIISPOA (Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal).

Décio Coutinho é o novo Secretário de Defesa Agropecuária do Mapa



Ex-consultor da CNA teve nome confirmado pelo Diário Oficial do dia 09 de fevereiro

A partir de segunda-feira (09/02), a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa) será comandada por Décio Coutinho, figura conhecida no cenário agro

nacional. À frente da secretaria responsável por planejar, normatizar, coordenar e supervisionar as atividades de defesa da agropecuária brasileira, ele pretende conduzir a SDA “com dignidade e respeito, para ter credibilidade junto ao consumidor”.

A trajetória de Coutinho começou em 1976, quando entrou na Universidade Federal Fluminense para cursar medicina veterinária. O ingresso no ensino superior foi uma grande vitória para Coutinho, já que sempre estudou em escolas públicas e sonhava com a área: “Em todos os testes vocacionais que fiz o resultado sempre foi voltado para a biologia”, afirma.

Ao se formar, em 1980, aos 24 anos, Coutinho foi morar em Cáceres (MT) e trabalhou como médico veterinário privado por um ano. Depois da experiência na área privada, assumiu diversos cargos no Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea) chegando à presidência da instituição. Entre 2009 e 2010, também presidiu o Fonesa - Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária.

Desde 2010, Coutinho vinha atuando como consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Foi coordenador de Sanidade da Instituição e coordenador da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), resultado de uma parceria entre o Mapa e a CNA.

Convidado para assumir a SDA, Coutinho diz que irá “conduzir a secretaria com dignidade e respeito, cuidar com muita responsabilidade da reputação do Serviço de Defesa Agropecuária do Brasil e fazer o possível para que o mesmo seja cada vez mais reconhecido pelos organismos internacionais e é claro, pelo consumidor brasileiro”.

Mais informações para a imprensa:
Assessoria de Comunicação Social
(61)3218-2203
Maycon Fidalgo e Lucas Lyra
imprensa@agricultura.gov.br

Diretoria Executiva se reúne com o deputado Evair de Melo



A audiência foi intermediada pelos colegas Élio Kuster e Vicente Caliman.

Membros da Diretoria Nacional foram recebidos em audiência, na terça, 24/02, pelo deputado federal Evair de Melo (PV/ES).

O parlamentar colocou-se à disposição da categoria e se reconheceu como parte integrante da luta dos TFFAs. Técnico Agrícola, Melo é ligado ao setor primário e presidiu, durante cinco anos, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência técnica e Extensão Rural – INCAPER. O deputado é vice-presidente da Frente Parlamentar de Agricultura da Câmara dos Deputados.

Deputado Luiz Carlos Busato recebe a Direção Nacional



A Direção Nacional da ANTEFFA foi recebida em audiência, no início de fevereiro, (4) pelo deputado federal Luiz Carlos Busato (PTB/RS). A audiência teve como pauta a retomada dos trabalhos no Congresso Nacional para tratar do apoio dos parlamentares às demandas dos TFFAs.



Kátia Abreu é a primeira mulher a assumir o Ministério da Agricultura

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –

Ministra visa ampliar a classe média rural brasileira

Em cerimônia realizada dia 05 de janeiro, na sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a senadora Kátia Abreu recebeu, pelo ex-ministro, Neri Geller, o cargo de ministra da pasta. “Ao assumir esse cargo, passo a fazer parte de uma história valorosa, que começou ainda durante o Império, sob comando de Dom Pedro II, em 1860, quando foi criada a Secretaria de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”, comentou a ministra. Kátia Abreu é a centésima vigésima pessoa a ocupar o posto como titular e a primeira ministra da Agricultura mulher.

Durante discurso, a ministra destacou três desafios que terá na sua gestão. “Assumo neste momento o compromisso com a organização, estruturação e implantação da Escola Brasileira do profissional da Agricultura e Pecuária”, afirmou. “Uma escola que capacite, forme e

fortaleça os profissionais do sistema público da agricultura dos municípios, estados e do Ministério da Agricultura”, disse.

De acordo com a ministra, o segundo desafio foi determinado pela presidente da República, Dilma Rousseff, e visa ampliar a classe média rural brasileira. “Vamos estabelecer como meta dobrar a classe média rural nos próximos quatro anos. Hoje o Brasil tem mais de 5 milhões de produtores, sendo que 70% nas classes D e E, 6% nas classes A e B, e apenas 15%, algo em torno de 800 mil produtores, na classe C”, comentou.

“O terceiro e importante desafio é consolidar um planejamento nacional de defesa agropecuária, construído por meio de parceria do poder público, iniciativa privada e nossa valorosa Academia”, afirmou a ministra. Segundo ela, os fóruns de secretários de agricultura e de órgãos serão parceiros e orientadores. “Queremos solidez técnica para garantir confiabilidade para os nossos consumidores no Brasil e no mundo. A meta é garantir padronização, transparência e segurança”, esclareceu.

Em discurso de despedida, Neri Geller elogiou a indicação da senadora Kátia Abreu ao cargo e avaliou como positiva sua atuação frente à pasta. “Trouxemos o setor para dentro do Ministério e lutamos pelos principais interesses do segmento do agronegócio, como crédito farto para a produção, defesa da qualidade e segurança dos nossos alimentos e a retomada e abertura de novos mercados internacionais”, disse Geller.

Neri Geller agradeceu a oportunidade de ocupar o cargo de ministro e creditou os bons resultados da sua gestão ao excelente grupo de técnicos do Mapa que o acompanhou em sua missão.

Mais informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação Social
(61) 3218-2203

Rayane Fernandes

imprensa@agricultura.gov.br

Nelson Barbosa, do Planejamento, almeja melhores condições e qualificação para servidores

Novo ministro do Planejamento promete esforço para valorizar servidores federais, mas destaca limitações econômicas

O novo ministro da pasta, Nelson Barbosa, em seu discurso de posse, afirmou que o governo fará “todo o esforço” para melhorar a qualificação e as condições de trabalho dos servidores federais, mas lembrou que a União tem limitações econômicas.

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) apresentou as principais reivindicações do setor, que serão enviadas à Presidência da República e aos ministros.

Fonte: Djalma Oliveira - Jornal Extra -

Diretoria Executiva realiza reunião



O primeiro encontro de 2015 aconteceu na sede da ANTEFFA, nos dias 27 e 28 de janeiro.

Extensa, a pauta privilegiou a avaliação das ações e dos resultados obtidos pela Direção Nacional em 2014.

A publicação do decreto das atribuições, em março do ano passado, e a realização bem sucedida do VI CONTEFFA foram alvo positivo na discussão, que avaliou de forma criteriosa o trabalho de cada Diretoria e Departamento.

As estratégias das ações política e de trabalho da ANTEFFA para o ano de 2015, considerando

os indicativos aprovados pela categoria no VI CONTEFFA, foram intensamente debatidas e os diretores entenderam que devem massificar o trabalho de articulação política com ampliação dos contatos nos poderes Legislativo e Executivo, incluindo outras pastas e mantendo o diálogo com parceiros das causas dos TFFAs que, ou mudaram do Poder Legislativo para o Executivo, ou estão na iminência de retomarem seus mandatos, vez que em alguns casos estão como suplentes, ou, mesmo, parceiros antigos que permanecem como referência no cenário político, mas estão momentaneamente sem cargos tidos como estratégicos.

O diretor do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, foi convidado para participar de um momento da reunião para fazer uma análise do novo cenário político para a categoria em 2015 e pontuou diversas questões que vão desde o perfil do novo Ministério da Agricultura, que pela primeira vez tem uma mulher no comando geral e na Secretaria Executiva da pasta. O que, por um aspecto bastante positivo, demonstra um avanço cultural e político para o Brasil, já que a agricultura foi a grande responsável pelos resultados do PIB na última década.

As ATEFFAs

A Diretoria Executiva discutiu estratégias para que o envolvimento individual de cada uma das ATEFFA's nas demandas da ANTEFFA seja mais participativo e eficaz, até porque os parlamentares são eleitos nos Estados e todos, por óbvio, têm escritórios políticos em suas respectivas unidades da Federação, o que traduz a necessidade de um envolvimento cada vez maior das bases da ANTEFFA com estes parlamentares e alguns membros do Executivo, com o objetivo de, entre outras questões, demonstrar a importância do trabalho dos TFFAs para a sanidade e segurança alimentar da sociedade.

O processo eleitoral das ATEFFAs, também foi ponto de discussão dos dirigentes e será explicitado da forma mais clara possível no Regimento Interno da ANTEFFA e dos Departamentos, que estão em construção, além de ser rediscutido, oportunamente, numa possível alteração do Estatuto da entidade.

Projeto de Carreira e os novos servidores do MAPA

Atual situação do processo do Projeto de Carreira, que continua como prioridade absoluta, foi tratada na reunião e novas

estratégias foram discutidas, com o objetivo de alcançar êxito para o reconhecimento do trabalho indispensável dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária.

Os novos servidores, aprovados no último concurso do MAPA, também foram motivo de atenção por parte da Diretoria Executiva, que está levando a iniciativa tomadas por algumas ATEFFAs, de recepcionar os novos colegas, para todas as ATEFFAS, inclusive, cada um dos diretores se dispôs, desde o início do processo, a participar destas reuniões de apresentação da entidade, seus objetivos, sua missão e, sobretudo, da sua trajetória.

Ofício solicitando acesso á proposta do novo RIISPOA;

Reajuste do valor da quilometragem paga aos diretores da ANTEFFA em viagens á serviço;

Regimento Interno da ANTEFFA e dos Departamentos;

O Brasil precisa de fazedores e não mais de servidores

“Independentemente de ser funcionário público ou privado, precisamos adotar uma postura cada vez mais FAZedora e cada vez menos SERVidora.”

É impressionante como o país passa por uma carência de pessoas com disposição para fazer, inovar, criar

Imagine brilhantes talentos como Wagner Moura, Pelé, Renato Russo e Elis Regina prestando concurso público para órgãos municipais, estaduais e federais. Profissionais fora de série, tendo os seus reconhecidos potenciais direcionados para repartições públicas por todo o país, em troca da tão sonhada estabilidade.

A corrida do ouro, que se deu em Serra Pelada na década de 80, guardando-se as devidas proporções, estende-se ano após ano por todo o país, mais precisamente nas cadeiras de inúmeros cursos preparatórios para concursos públicos.

É como se a pirâmide de Maslow passasse a ser constituída com base num único elemento: segurança. E quem não quer segurança? No entanto, o grande viés negativo é ouvir tantas e tantas pessoas dizerem "só quero chegar lá", "quero garantir logo o meu", "quando eu me aposentar (...)".

Supondo que você chegue "lá", e depois? Para? Fará mais o quê?

O Brasil precisa de muito mais eficiência e eficácia nos serviços públicos, não apenas nas áreas vitrine, como saúde, educação e segurança. Então, eis que surge uma nova cartilha para os concursados e concurseiros; é a gestão por competências, a meritocracia, metas bem definidas e a transparência nas relações. Conceitos ainda embrionários nos modelos de gestão governamentais atuais, mas que já estão sendo postos em prática e em discussão nas esferas federais, estaduais e municipais.

Vale ressaltar que o déficit da qualidade nos serviços não é um mal exclusivamente do funcionalismo público em geral. As organizações privadas também estão repletas de pessoas mal humoradas e indispostas, discrepância entre cargos, falta de transparência, pessimismo, falta de comprometimento, atendimento superficial, entre outros absurdos. A exemplo, o trade de telefonia.

Tudo isso fruto de uma histórica educação verticalizada, em que um dita e todos copiam.

Nomenclaturas como servidor, assistente e auxiliar precisam ser abolidas do dicionário português urgentemente. O Brasil precisa de líderes.

Independentemente de ser funcionário público ou privado, precisamos adotar uma postura cada vez mais FAZedora e cada vez menos SERVidora. Qualquer atuação profissional é válida e merece respeito. Nossas atitudes certamente influenciarão positivamente a nossa vida e a vida de milhares de pessoas. Estimule, pense diferente, questione, arrisque, lidere, faça!

Fonte: Administradores (Lucas Nery)/ BSPF 10/01/2015

Planejamento define valores para auxílio-natalidade e gratificação de cursos

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão definiu em 12 de janeiro, em portaria publicada no Diário Oficial da União, o menor valor para pagamento do auxílio-natalidade e o maior valor que poderá ser pago como gratificação por encargo de curso ou concurso. No primeiro caso, o valor do menor vencimento básico da administração pública federal será R\$ 591,32, que corresponde ao cargo de nível auxiliar do seguro social. O auxílio-natalidade é pago à servidora pelo nascimento de filho, inclusive no caso de natimorto. A Lei 8.112 prevê que, quando a mãe tiver mais de um filho no mesmo parto, o valor será acrescido de 50% por nascituro.

O benefício também poderá ser pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a mãe não for servidora.

Já o maior vencimento básico da administração pública federal para pagamento da gratificação por encargo de curso ou concurso será R\$ 13.985,24, que corresponde ao cargo de juiz do Tribunal Marítimo.

A gratificação é paga ao servidor que desempenhou função eventual de instrução em curso de formação, treinamento para servidores, tenha participado de banca examinadora ou de comissão para exames ou tenha aplicado, fiscalizado ou participado de processo de avaliação de provas de exame vestibular ou de concurso público.

Os novos valores passam a valer a partir de hoje.

Fonte: Agência Brasil / BSPF - 12/01/2015

Serviço de Inspeção Federal completa 100 anos

Criado dia 27 de janeiro de 1915, o serviço assegura a qualidade dos produtos de origem animal

O Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que identifica os produtos com procedência conhecida, registrados e inspecionados pelo governo completa 100 anos neste ano de 2015. Um século depois de sua criação, o serviço se mantém de vital importância para o país, tendo sob a sua responsabilidade assegurar a qualidade de produtos de origem animal, comestíveis ou não, destinados aos mercados interno e externo, além dos produtos importados.

“O SIF é um grande motivo de orgulho para nós. Temos um Serviço confiável que nos permite sentar tranquilos à mesa e saber que estamos consumindo produtos que passaram por um longo processo de fiscalização e inspeção, promovendo saúde para todos”, disse a ministra Kátia Abreu ao comemorar os 100 anos do SIF. Sob o comando do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), o SIF tem atuação em mais de 4 mil estabelecimentos brasileiros. Todo e qualquer produto de origem animal que seja de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) deve ser registrado e aprovado pelo SIF, visando garantir produtos com certificação sanitária e tecnológica para o consumidor brasileiro e estrangeiro, respeitando as legislações nacionais e internacionais vigentes.

O SIF tem sua confiabilidade reconhecida no mundo inteiro, tanto que o Brasil se coloca entre os principais exportadores mundiais de produtos de origem animal, levando a produção de nossa pecuária a mais de 180 países.

Para comemorar os 100 anos do selo, o DIPOA lançou uma estampa comemorativa e um hotsite explicando a história e atuação do SIF, que você pode conferir no link a seguir:

<http://www.agricultura.gov.br/sif>

Mais informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação Social

Lucas Lyra

(61) 3218-2106/2203

lucas.lyra@agricultura.gov.br

Novo comando em duas Secretarias do Mapa

Tatiana Lipovetskaia Palermo assume a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio e Mila Jaber, a Secretaria Executiva

Foi nomeada no dia 21 de janeiro a nova secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SRI/Mapa), Tatiana Lipovetskaia Palermo. Na última sexta-feira (16), Mila Jaber assumiu a Secretaria Executiva.

Perfil Tatiana - Nascida na Rússia e naturalizada brasileira, a secretária é formada em Direito, com dois mestrados e uma pós-graduação, todos na área de relações econômicas e de comércio internacional.

Começou sua carreira, ainda na Rússia, lidando com privatizações e com atração de investimentos estrangeiros. Em seguida, trabalhou como consultora da Corte Permanente de Arbitragem na Haia, na Holanda. Em 2000, já residindo no Brasil, ocupou cargo de vice-presidente executiva em São Paulo da Câmara Brasil-Rússia de Comércio, Indústria & Turismo.

Em Brasília, a secretária trabalhou como analista sênior de comércio exterior da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e depois assumiu o cargo de coordenadora de articulação e cooperação internacional na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

Em 2011, Tatiana assumiu a posição de assessora internacional do ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e em 2013 transferiu-se para a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), onde coordenou a criação da Superintendência de Relações Internacionais e

permaneceu no cargo de superintendente da área até ser convidada para assumir a SRI no Mapa.

Perfil Mila - Maria Emília Mendonça Pedroza Jaber, também conhecida como Mila Jaber, possui graduação e especialização em Artes Visuais e Projetos Educacionais pela Universidade Federal de Goiás (UFG); pós-graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); formação em Lideranças pela Universidade Dom Cabral e em Desenvolvimento de Lideranças pela Alta Scuola Impresa e Società – ALTIS/Università Cattolica del Sacro Cuore – UCSC – Milão e certificação pela Sociedade Brasileira de Coaching em Personal, Business e Executiva Coach.

Especialista em gestão, atuou como Diretora do Serviço de Apoio às Micro e Pequena Empresa do SEBRAE/Tocantins entre 2007 e 2014, onde coordenou vários projetos em agronegócios e assistência técnica em parceria com a CNA, MDA, FAET e SENAR e sindicatos rurais. É palestrante em fóruns, seminários e congressos estaduais, nacionais e internacionais. Foi Diretora da Escola de Educação Profissionalizante Sesi/Senai-Palmas/TO, de 2004 a 2007, e Assessora Especial da Presidência do Sistema Fieto e Conselheira da CNI no Fórum das Micro e Pequenas Empresas Industriais.

Mais informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação Social

(61)3218-2203

Rayane Fernandes e Cláudia Lafetá

ATEFFA/Região Norte promoveu confraternização memorável pelos 12 anos da entidade



Em 2014 a ATEFFA/Região Norte completou 12 anos de fundação.

Após mais de uma década de existência é possível afirmar que a superação dos desafios marca a trajetória da entidade que sempre contou com a participação dos Associados em todas as demandas enfrentadas.

A merecida e marcante comemoração contou com a participação do tesoureiro geral da ANTEFFA, Gabriel Amorim, representando a Direção Nacional.

A atividade aconteceu no dia 13 de dezembro de 2014, no salão do Samas Park Hotel, após Assembleia destinada à prestação de contas do período de dezembro de 2013 a novembro de 2014.

Além da participação expressiva dos Associados, também prestigiaram o evento diversos familiares.



No encontro foram repassadas as propostas da entidade e compartilhada a história da ANTEFFA desde sua idealização aos dias atuais.

O Vice-Presidente da ATEFFA/RS – Alberto Maurense Vargas juntamente com o Delegado Regional da região de Porto Alegre – Lauri dos Santos Feula, reuniram-se no dia 18/12/2014, no LANAGRO/RS com a presença de 32 novos servidores - Técnicos e Auxiliares de Laboratório - recentemente, empossados, com o objetivo de levar ao conhecimento de todos a missão da ANTEFFA, como ela surgiu, como conduz as negociações relativas às suas propostas, seus objetivos e principalmente conscientizá-los da importância da entidade para a categoria, seja para manutenção dos direitos e benefícios já conquistados ou para alcançar novas metas.

ATEFFA /RS reúne novos TFFAs do Rio Grande do Sul

INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO JURÍDICO



Servidor público que utiliza carro próprio tem direito a auxílio-transporte

O servidor público que utiliza veículo próprio para trabalhar deve receber auxílio transporte no valor do deslocamento efetuado como se o trajeto fosse feito em transporte coletivo. A decisão é do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que determinou que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) pague o auxílio a um servidor.

Em primeiro grau, um Mandado de Segurança foi julgada procedente para autorizar a concessão de auxílio-transporte, previsto na Medida Provisória 2.165-36/2001, no valor correspondente ao que o impetrante teria direito no seu deslocamento residência-trabalho-residência, se o trajeto fosse feito por transporte coletivo.

Ambas as partes recorreram. O IFSP alegando que o benefício não era devido e o servidor público pedindo a cobertura integral das despesas feitas com deslocamento. Ao analisar o mérito, o relator, desembargador Nino Toldo, manteve a sentença.

De acordo com ele, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta que, mesmo aqueles

servidores públicos que se utilizam de outras formas de transporte que não o coletivo, como, por exemplo, o veículo próprio, também têm direito à percepção do auxílio-transporte. Entendimento contrário seria discriminar injustificadamente — com base na mera natureza do transporte utilizado — aqueles que optam por deslocar-se até o local de trabalho com transporte próprio ou que não têm outra alternativa de locomoção.

Já o critério para o valor da indenização deve ser o valor correspondente àquele gasto com o uso do transporte coletivo. Assim, ficou mantida a sentença de primeiro grau por ter resguardado o direito líquido e certo do impetrante em sua exata medida.

Fonte: BSPF - Com informações do Consultor Jurídico e Assessoria de Imprensa do TRF-3 (07/02/2015)

Regra sobre pensão também alcança servidor público

Antônio Augusto de Queiroz*.

Antes da referida MP, o benefício da pensão era vitalício para o setor privado e para os servidores públicos. Agora passa a ser proporcional à expectativa de sobrevida dos beneficiários.

A Medida Provisória 664, de 30 de dezembro de 2014, institui novos critérios para a concessão de vários benefícios previdenciários, como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão e pensão por morte, todos com restrições.

As novas regras valem integralmente para os segurados do INSS, portanto, os trabalhadores contratados pela CLT, mas também valem parcialmente, no que se refere à pensão, aos servidores públicos federais.

A pensão por morte, como benefício de risco, antes não tinha carência nem para o INSS nem para o Regime Próprio dos Servidores Públicos. A nova regra passa a exigir 24 meses de contribuições

mensais, ressalvados os casos de morte por acidente do trabalho e de doença profissional ou do trabalho.

Antes da referida MP, o benefício da pensão era vitalício para o setor privado e para os servidores públicos. Agora passa a ser proporcional à expectativa de sobrevida dos beneficiários.

Assim, se o beneficiário tiver expectativa de sobrevida igual ou menor que 35 anos, a pensão continua vitalícia. Se tiver expectativa de sobrevida superior a 35 anos, a pensão será devida pelos seguintes períodos:

- 1) com expectativa de sobrevida entre 35 e 45 anos, terá direito a receber por 15 anos;
- 2) com expectativa de sobrevida entre 40 e 45 anos, receberá por 12 anos;
- 3) com expectativa de sobrevida entre 45 e 50 anos, receberá por nove anos;
- 4) com expectativa de sobrevida entre 50 e 55 anos, terá direito a receber por seis anos; e
- 5) com expectativa de sobrevida superior a 55 anos, terá direito a receber por apenas três anos.

No caso do servidor, não haverá alteração em relação ao valor da pensão porque o tema está definido constitucionalmente, estabelecendo:

- 1) benefício integral até o teto do Regime Geral (INSS), atualmente de R\$ 4.662,43, e
- 2) de 70% da parcela que exceda ao teto do regime geral.

Já quanto ao trabalhador do setor privado, a pensão será de 50% do benefício de aposentadoria a que teria direito, acrescido de 10% por dependente, até o limite de cinco vezes esse percentual.

Além disto, não fará jus à pensão por morte o cônjuge, companheiro ou companheira cujo casamento ou a união estável tiver ocorrido há menos de dois anos da data do óbito do instituidor do benefício, salvo nos casos em que:

- 1) o óbito do segurado seja decorrente de acidente posterior ao casamento ou início da união estável, e

- 2) o beneficiário da pensão for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade remunerada, mediante exame médico pericial.

As novas regras relativas à pensão, tanto para os servidores quanto para os trabalhadores do setor privado, entram em vigor no primeiro dia do terceiro mês subsequente à data de publicação desta medida provisória, no caso, a partir de 31 de março de 2015.

As medidas, como já havia mencionado em artigo anterior, sob o título “Mudanças nos abonos e pensões: erro duplo do governo”, não se limitam a corrigir distorções ou abusos, como afirma o governo. Elas vão além e restringem direitos, especialmente se considerarmos também a questão dos abonos e dos seguro-desemprego e defeso, objeto da MP 665.

*Antônio Augusto de Queiroz é Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap.

Fonte: Diap / BSPF - 06/01/2015

Supremo Tribunal Federal estabelece marco temporal para pagamento distinto da GDATFA a ativos e inativos

Na sessão do dia 11 de dezembro de 2014, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se acerca do marco temporal para início do pagamento da GDATFA em percentuais diferenciados para servidores ativos e inativos.

Em decorrência da existência de três possíveis critérios demarcatórios, o Plenário fixou que o termo final da equiparação entre ativos e inativos deveria ser o término do primeiro ciclo de avaliação, não podendo retroagir a seu início. Desta forma, negou provimento ao recurso da União.

A decisão ainda não foi publicada. Mesmo assim, é importante ressaltar que as teses da irredutibilidade vencimental e da natureza genérica da avaliação institucional, aparentemente, não foram abordadas nesta decisão.

Vejamos na íntegra a notícia veiculada no site do STF, em 11 de dezembro de 2014:

“Em sessão nesta quinta-feira (11), o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que a data da homologação do resultado das avaliações de desempenho é o marco temporal para início do pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária (GDATFA) em percentuais diferenciados para servidores ativos e inativos, não podendo a Administração retroagir os efeitos financeiros a data anterior. A matéria foi discutida no Recurso Extraordinário (RE) 662406, com repercussão geral reconhecida. A decisão se refletirá em, pelo menos, 16 casos semelhantes sobrestados em outras instâncias do Judiciário.

Lei 10.404/2002, que criou GDATA, estabeleceu percentuais diferenciados da gratificação para servidores ativos e inativos – estes em patamares preestabelecidos na lei, e os ativos de acordo com o desempenho individual e institucional.

No caso concreto, por unanimidade, o Plenário negou provimento a RE interposto pela União contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que determinou a imediata incorporação da GDATA na folha salarial de uma pensionista, a partir de agosto de 2010, em patamar equivalente ao dos servidores da ativa.

O acórdão estabeleceu que a equiparação deve perdurar até que os resultados do primeiro ciclo de avaliação dos servidores da ativa produzam efeitos financeiros, quando então a pensionista voltará a receber a gratificação de acordo com a pontuação prevista para as aposentadorias e pensões. Segundo a União, a equiparação seria indevida a partir de outubro de 2010, pois já se havia encerrado o primeiro ciclo de avaliações.

O relator do RE, ministro Teori Zavascki, observou que o STF já discutiu questão semelhante nos REs 476279 e 476390, quando analisou a extensão de outra gratificação (GDATA) aos inativos. Tal entendimento resultou na Súmula Vinculante 20, que estabeleceu pagamento em patamar semelhante para ativos e inativos até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação.

Ele observou que as duas gratificações têm mesma natureza e característica: foram originariamente concedidas a todos os servidores de forma geral e irrestrita, embora tenham sido criadas com o propósito de serem pagas de modo diferenciado, segundo a produção ou o desempenho profissional, individual ou institucional. Mas, no caso da GDATA, a Administração efetivou as avaliações que justificam o pagamento diferenciado.

O relator assinalou que ficou pendente o debate do termo final do direito à paridade devida aos inativos, em decorrência da existência de três possíveis critérios demarcatórios: a entrada em vigor do Decreto

7.133/2010, com critérios e procedimentos a serem observados nas avaliações de desempenho; a Portaria 1.031/2010, regulamentando especificamente os critérios de avaliação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e os dias inicial e final das avaliações internas do Ministério, com seu 1º Ciclo de Avaliação realizado de 25 a 31/10/2010 e homologado em 23/12/2010.

Ao negar provimento ao recurso da União, o ministro observou que, no julgamento do RE 631389, que tratava da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Executivo, o Plenário fixou que o termo final da equiparação deveria ser o término do primeiro ciclo de avaliação, não podendo retroagir a seu início. O relator frisou que a Portaria 1.031/2010 contrariou a jurisprudência do STF ao determinar que o fim da paridade retroagisse ao início do ciclo de avaliação. “Na prática deve ser observado o dia 23/12/2010, data da homologação da avaliação. Considerando que a sentença, mantida pelo acórdão, faz menção expressa à possibilidade de discriminação a partir da conclusão do primeiro ciclo de avaliação, não há reparo a ser feito na decisão impugnada”, concluiu.”

Fonte: Bordas Advogados Associados - Divulgado em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=281742>

Extraído do site em 12 de janeiro de 2014

Servidor aposentado tem direito a indenização por férias não gozadas

A 1ª Turma do TRF 1ª Região condenou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a pagar a um servidor aposentado as férias não gozadas nos exercícios de 1961, 1964, 1966, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975 e 1976, acrescidas de terço constitucional, com juros e correção monetária.

Após ter seu pedido negado no primeiro grau por prescrição do direito, o autor apelou ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, requerendo a reforma da Sentença.

O relator do processo, desembargador federal Ney Bello, afirmou que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem entendido que “O termo inicial para contagem do prazo prescricional, nas ações em que se discute o direito à indenização de férias não gozadas, é a data da aposentadoria” (RESP 1.322.857,

Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJE de 01/10/2013). Portanto, tendo o autor se aposentado em 12/12/2006 e iniciado a ação em 03/12/2008, ainda tinha direito de reivindicar o pagamento das férias.

Em relação ao mérito, o magistrado afirmou: “P que pertinente às férias não gozadas nos exercícios de 1961, 1964, 1966, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975 e 1976, constata-se que é devida a indenização referente aos respectivos meses de férias acrescidas do consequente terço constitucional, tendo em vista que a matéria já se encontra pacificada tanto no eg. STJ como nesta Corte Regional...”

A decisão foi unânime.

Processo nº 0026388-67.2008.4.01.3500

Fonte: Assessoria de Imprensa do TRF1/ BSPF

Novas pensões: carência de contribuições e pagamento por tempo contado, conforme a idade

Novas pensões do governo federal passam a ter carência de contribuições e pagamento por tempo determinado, de acordo com a idade

Algumas das mudanças feitas pelo governo federal nas pensões do INSS também estão valendo para os servidores da União. Entre elas, estão a carência mínima de 24 contribuições e o pagamento do benefício por um tempo determinado, considerando a expectativa de vida do dependente, com base nos dados do IBGE. Quanto mais jovem o beneficiário for, menor será o tempo de pagamento. Mas não haverá a redução do valor da pensão para 50% mais 10% por dependente.

De acordo com o Ministério do Planejamento, as mudanças já estão em vigor para qualquer dependente de servidor federal que solicitar o pagamento da pensão, mesmo que o funcionário que dê o direito ao benefício tenha ingressado no serviço público antes das alterações promovidas pela Medida Provisória (MP) 664/2014, assinada pela presidente Dilma Rousseff no dia 30 de dezembro. As novas regras, no entanto, não valem para quem já é pensionista da União. Neste caso, tudo permanece como está.

Fonte: Jornal Extra (Djalma Oliveira) - BSPF 22/01/2015

Advocacia-Geral demonstra validade de criação de cargos do Ministério da Agricultura

A Advocacia-Geral da União (AGU) comprovou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a validade da criação de cargos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A constitucionalidade da medida foi questionada pelo partido Democratas.

A agremiação partidária alegava que a criação de 435 postos comissionados, estabelecida inicialmente na Medida Provisória nº 220/2004 e em seguida pela Lei nº 075/2004, feria o princípio do preenchimento de cargos públicos por concurso. O partido também argumentou que a medida foi adotada sem estimativa de impacto orçamentário e sem a indicação de fonte de custeio, o que é proibido pela legislação, além de apontar supostas falhas que teriam sido cometidas na tramitação da medida provisória. Entre elas, o fato de que as vagas foram implantadas a partir de uma emenda apresentada por parlamentar à MP transformada em lei, sendo que a criação de cargos seria de competência exclusiva do poder Executivo.

Contudo, a Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT), órgão da AGU que atua no STF, explicou que a Lei nº 075/2004 não feria o princípio do preenchimento de cargos por concurso público, uma vez que a legislação prevê a possibilidade de cargos de Direção e Assessoramento Superior, os chamados DAS, serem preenchidos por livre nomeação do administrador público. Além disso, o ordenamento jurídico brasileiro também estabelece que um percentual mínimo das funções de confiança deve ser exercido por servidores públicos efetivos, como ocorreu no caso do ministério, onde 107 dos novos cargos foram preenchidos por concursados.

A AGU também ressaltou que a estimativa de impacto orçamentário e a fonte de custeio da medida foram devidamente informadas na exposição de motivos da MP apresentada pela Presidência da República ao Congresso Nacional. E, de acordo com a Advocacia-Geral, ainda que o procedimento não tivesse sido realizado, a jurisprudência do STF entende que a mera ausência de dotação orçamentária prévia não é suficiente para tornar uma lei

inconstitucional, apenas impedindo sua aplicação no exercício do mesmo ano financeiro em que foi aprovada.

A SGCT observou, ainda, que a criação de cargos por meio de emenda parlamentar foi feita para privilegiar a economia do processo legislativo, uma vez que o dispositivo apenas incorporou à MP 220/2004 um projeto de lei de autoria do Executivo que já tramitava no Congresso Nacional. Não haveria porque falar, então, em afronta à competência exclusiva do Executivo para criar cargos, como fez o autor da ação.

Por fim, também foi demonstrado pela AGU que a necessidade de criação dos novos postos foi demonstrada em estudo técnico. De acordo com a Advocacia-Geral, o ministério ainda tinha a mesma estrutura de cargos da década de 1970 e a falta de pessoal poderia, inclusive, comprometer a execução de políticas públicas. A relatora da ação, ministra Cármen Lúcia, votou pela rejeição da ação proposta pelo Democratas, no que foi acompanhada pela unanimidade dos ministros do STF. A magistrada afirmou que a criação dos cargos, por si só, não feria o princípio do concurso público e nem podia ser considerada arbitrária ou desproporcional. A ministra observou que houve a devida apresentação de dotação orçamentária para a adoção da medida e descartou a existência de vícios legais na tramitação da MP.

Ref.: ADI 3942 – STF

Fonte: AGU/ BSPF - 06/02/2015

Diretoria Executiva:

Laudelino Duarte Ritta – Presidente
 Raimundo Celso C. Rodrigues - Vice-Presidente
 Paulo Afonso Pereira Lima - 1º Vice-Presidente
 Afrânio Jorge Andrade Freitas - Secretário Geral
 Miguel Lopes da Rocha - 1º Secretário
 Amélia Maria Bujacher Filha - 2º Secretário
 Gabriel Álvaro Amorim - Tesoureiro Geral
 David Alves de Araújo - 1º Tesoureiro
 Adelar Antônio Malacarne - 2º Tesoureiro

Diretores de Departamentos

Departamento de Comunicação
 Afrânio Freitas
 Departamento Jurídico:
 Alberto Maurenente Vargas
 Departamento de Relações Institucionais

José Bezerra da Rocha

Conselho Fiscal:

Titulares:

Paulo Cezar Menezes Freire (SP)
 Carlos Antônio de César (PE);
 Marcos Martins de Oliveira (MG)
 Antônio Lima (PR);
 Edson Gonçalves (SC)

Suplentes:

Eder Theodoro dos Santos Gomes (SE)
 Luiz Felipe da Silva Boton (RS)
 Antônio da Silva (MS)

Expediente:		
Boletim Informativo da Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária – ANTEFFA	Presidente:	Laudelino Duarte Ritta
	Diretor do Deptº Jurídico:	Alberto Maurenente Vargas
	Diretor do Deptº de Comunicação:	Afrânio Freitas
	Colaboraram:	Bordas advogados
Brasília, - DF Janeiro - Março de 2015.	Revisão ortográfica:	Aline Aguiar
	Jornalista responsável:	Analu Alves – DRT/DF 6835

<http://www.anteffa.org.br>